16/11/2016 12:19 - Seis meses depois, como está a economia, principal preocupação do governo Temer?

Superar a crise econômica, fator certamente decisivo para a derrubada da presidente Dilma Rousseff, é a maior prioridade do governo de Michel Temer.

O presidente adotou um plano ousado e controverso para cumprir esse objetivo - quer limitar o crescimento dos gastos do governo à inflação, com a promessa de que a retomada do equilíbrio das contas públicas trará a volta da confiança dos investidores e empresário, criando mais empregos.

A proposta deve ser facilmente aprovada em dezembro pelo Congresso. Se ela vai de fato funcionar, no entanto, é uma avaliação que divide economistas entrevistados.

Após seis meses, os sinas dos indicadores econômicos têm sido erráticos. Segundo o IBGE, a inflação vem recuando (caiu de 10,67% no final de 2015 para 7,9% em outubro), mas o desemprego permanece alto (11,8% em setembro). Já as previsões para a atividade econômica, que havia melhorado logo após a posse de Temer, caíram um pouco nos últimos dois meses.

Segundo levantamento semanal do Banco Central com analistas de mercado, a previsão mediana para a retração do PIB deste ano passou de 3,9% no início de maio (antes da queda de Dilma) para 3,1% em setembro e agora está em 3,4%. Enquanto a projeção de crescimento para 2017 subiu de apenas 0,2% em abril para 1,4% em setembro, esta semana caiu novamente para 1,1%.

O Banco Central, por sua vez, deu início a uma tímida redução na taxa de juros em outubro (de 14,25% para 14%), no primeiro corte desde 2012.

Para completar, a eleição do polêmico Donald Trump como presidente dos Estados Unidos serviu para embaralhar ainda mais o cenário econômico.

Governabilidade melhor, mas juros ainda altos

Na avaliação do ex-diretor do Banco Central e atual economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas, cortes mais expressivos na taxa básica de juros (Selic) seriam uma boa medida para estimular o crescimento, tendo em vista as expectativas de continuidade da queda da inflação.

Ressaltando que o comércio projeta um Natal muito ruim neste ano e deve fechar 2016 com queda de 6% nas vendas, ele diz que os esforços do governo não devem se concentrar apenas "em equacionar o problema fiscal", mas também focar no "setor real da economia".

Apesar dessa ressalva, Freitas considera que Temer começou seu governo "razoavelmente bem" e deu "sinais positivos" ao buscar equilibrar as contas públicas (desde 2014 o governo tem amargado deficits bilionários).

Ele destaca principalmente a volta da "governabilidade", já que o peemedebista conseguiu costurar uma ampla base no Congresso, fazendo andar suas propostas econômicas.

"Agora você tem governabilidade no país e isso significa mais confiança (na economia). Mas como ele herdou um país cheio de problemas, com o deficit fiscal muito alto e com os Estados quebrados, a solução vai ser lenta", pondera.

A retomada da boa relação com o Congresso também é destacada pelo o economista José Luís Oreiro, professor da UFRJ. Dilma tentou enviar propostas para reverter o rombo nas contas públicas, como a recriação da CPMF (cobrança sobre transações financeiras), mas não tinha votos suficientes para sua aprovação.

"Foi um primeiro ponto muito positivo. Se o governo não voltasse a funcionar, não seria possível qualquer tipo de saída para a crise econômica", afirma.

Ambos elogiam a PEC do teto e afirmam que a medida não terá um efeito tão pesado nos primeiros anos. Como a inflação, embora em queda, ainda fechará o ano em patamar alto (perto de 7%), os gastos de 2017 poderão ter um ajuste razoável, ressaltam.

'Ajuste recessivo'

O economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, por outro lado, tem uma avaliação bem mais pessimista da medida.

Destoando da maioria dos analistas de mercado, ele considera que há um "pânico excessivo" quanto ao deficit das contas públicas, que segue abaixo da média dos países emergentes, ressalta.

Para Perfeito, o governo deveria fazer um ajuste mais leve, para conseguir estimular mais a recuperação da economia com investimentos públicos. Sua projeção hoje é de que a economia vai ficar praticamente estagnada em 2017, crescendo apenas 0,2%.

"Você está no meio de uma recessão, faz um ajuste fiscal recessivo, não precisa ser economista para saber que vai sair mais recessão", argumenta.

Embora indicadores de confiança tenham mostrado nos últimos meses uma recuperação do otimismo de empresários e consumidores, ele aponta dois fatores que limitam o impacto disso no crescimento econômico.

De um lado, o desemprego alto e a renda em queda tendem a manter as pessoas cautelosas com seus gastos. De outro, como a indústria está com alta capacidade ociosa, ou seja, não está produzindo tudo que pode no momento, não há porque erguer novas fábricas no curto prazo.

'Efeito Trump'

E a eleição de Trump, que assume o comando dos EUA em janeiro, trouxe nova dose de incerteza para a economia.

A expectativa é que o republicano adote medidas mais fortes para estimular o crescimento americano, o que poderia elevar a inflação e consequentemente os juros em seu país.

Juros mais altos tendem a tornar investimentos em títulos americanos mais atrativos, provocando uma migração de investidores para os EUA. Isso pode levar o Banco Central brasileiro a cortar menos os juros por aqui, para evitar uma saída muito grande de dólares, explicam os economistas.

Para Oreiro, o maior erro da atual administração foi não ter cortado a taxa Selic antes, a partir de junho, e de forma mais intensa.

Ele nota que a desvalorização do real no ano passado teve um efeito importante de recuperar as exportações. No entanto, como o juros permaneceram altos mesmo com a queda da inflação, houve uma entrada de dólares no país e o real se valorizou.

"A gente esperava uma recuperação da atividade industrial no terceiro trimestre de 2016, ela não veio e agora as expectativas para o quarto trimestre são muito ruins. Esse erro custou o início da recuperação da atividade econômica", acredita o professor da UFRJ.

Fonte: BBC Brasil